



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

**PERDA DE QUALIDADE DE VIDA NO NORDESTE BRASILEIRO: OS IMPACTOS  
DA PANDEMIA DA COVID-19**

AYRTON RODRIGUES DE LIMA

RECIFE

2024

**PERDA DE QUALIDADE DE VIDA NO NORDESTE BRASILEIRO: OS IMPACTOS  
DA PANDEMIA DA COVID-19**

AYRTON RODRIGUES DE LIMA

Trabalho apresentado para o Departamento de Ciências  
Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco  
(UFPE), como requisito para conclusão do curso de  
Bacharelado em Geografia

Orientador(a): Prof<sup>o</sup>. Dra. Josiclêda Domiciano Galvício

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Ayrton Rodrigues de Lima.

PERDA DE QUALIDADE DE VIDA NO NORDESTE BRASILEIRO: OS  
IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 / Ayrton Rodrigues de Lima  
Lima. - Recife, 2024.  
45 : il., tab.

Orientador(a): Josiclêda Domiciano Galvêncio Galvêncio

Coorientador(a): Luciana Maya de Aquino França e Tiago Henrique de  
Oliveira França e Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, , 2024.

1. Estatísticas. 2. Índice de Perda de Qualidade de Vida. 3. IBGE. 4. COVID-  
19. 5. Pandemia. I. Galvêncio, Josiclêda Domiciano Galvêncio. (Orientação). II.  
França e Oliveira, Luciana Maya de Aquino França e Tiago Henrique de Oliveira.  
(Coorientação). IV. Título.

910 CDD (22.ed.)

AYRTON RODRIGUES DE LIMA

**PERDA DE QUALIDADE DE VIDA NO NORDESTE BRASILEIRO: OS IMPACTOS  
DA PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Geografia.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dra. Josiclêda Domiciano Galvínio (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dra. Luciana Mayla de Aquino França (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Dr. Tiago Henrique de Oliveira (Examinador Externo)

Secretaria de Política Urbana e Licenciamento – Prefeitura da Cidade do Recife

## AGRADECIMENTOS

Dizem que o TCC é um trabalho individual, solitário. Mas neste caso ele não foi feito apenas por mim, muitas mentes e mãos me ajudaram a termina-lo. Agradeço primeiramente a Deus acima de todas as coisas, sem ele nada existiria e tudo seria em vão. Agradeço aos meus pais, Maria de Lourdes e João Rodrigues que sempre me incentivaram a estudar, independente da área que escolhesse. É um sonho realizado e compartilhado de terminar uma graduação de ensino superior em uma universidade pública.

Agradeço à minha namorada Andressa Serafim, que sempre me apoiou em tudo que eu faço e acompanhou algumas leituras deste trabalho sempre me falando para deixar o texto mais formal (eu tentei, de verdade);

Agradeço aos colegas e amigos de turma que começou gigante e mesmo com a pandemia interrompendo as aulas na segunda semana não interrompeu o sonho da graduação. Fábio, Júlia, Rute, Robson, que sempre estavam nos grupos apresentando trabalhos e dividindo tarefas, levarei vocês no meu coração. João Lucas, nosso representante de sala democraticamente eleito, foi um prazer. Emily, Mayara, Joanna, Thomas, “Seu” Fernando e tantos outros que não são da minha turma, muito obrigado e espero ter vocês comigo sempre. Agradeço à Aleska Mesquita com suas habilidades matemáticas me salvou em Cartografia;

Agradeço à coordenação, em especial aos secretários Juliana e Eduardo que sempre responderam todas as minhas dúvidas de forma rápida e sucinta; aos meus professores durante toda essa jornada; à professora Josicleda Galvêncio que topou me orientar neste trabalho e me abriu a mente para estatísticas e à banca examinadora; aos professores Mônica Cox e Cláudio Ubiratan por desconstruírem na minha mente tantas coisas sobre Reforma Agrária e Agroecologia; à Luciana Mayla e Tiago Henrique pelo apoio nesta etapa, muito obrigado!

Um agradecimento de coração à Comuna de Pesquisa, cada vez maior e com mais profissionais de áreas diversas em prol da ciência no Brasil, em especial ao Vinicius Araújo que me ajudou a corrigir meu pré-TCC, fundamental para me nortear neste trabalho e ao Rafael Mangas que também ajudou nas correções e em vários auxílios emergenciais de trabalho de campo sempre com um pix salvador na conta!

*“Ideologias nos separam, sonhos e angústias nos aproximam”*

*Eugène Ionesco*

## **RESUMO**

A pandemia da COVID-19 apesar de negativa, foi um marco em diversos tipos de estudos em todo o mundo, principalmente no que se refere a avaliar a qualidade de vida da população. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) propôs um índice para avaliar a perda de qualidade de vida da população, batizado de Índice de Perda de Qualidade de Vida (IPQV).

Para este trabalho, analisa-se o uso do IPQV na região Nordeste do Brasil durante a pandemia, entre os anos de 2020 à 2022, que mensura a queda na qualidade de vida da população em todo o Brasil, apresentando resultados discrepantes entre as unidades federativas.

Para tanto, objetiva-se de forma geral, apresentar dados estatísticos comparativos do penúltimo e último relatório do IBGE para o IPQV, de 2007-2008 e o atual, mostrando aos leitores as causas das discrepâncias na qualidade de vida entre os estados federativos da região nordeste em comparação às outras grandes regiões do Brasil, sob o ponto de vista de investimentos feitos. Embora o IBGE forneça excelentes estatísticas, como objetivo específico deste trabalho, é necessário fazer uma abordagem mais holística, que é de fundamental importância especialmente na Geografia e nas ciências empíricas.

Metodologicamente, este trabalho é classificado como sendo investigativo/descritivo, pois busca entender as origens das desigualdades que levaram à discrepância regional, empregando pesquisa documental, análises bibliográficas de estudos anteriores, notícias veiculadas pela imprensa e análises estatísticas dos dados obtidos atualizados e publicados pelo IBGE em 2023.

Assim sendo, no presente trabalho, foi exposto como os danos e perdas provenientes da pandemia da COVID-19 impactaram a qualidade de vida no nordeste brasileiro em comparação com os demais estados do país, justificando a confecção deste trabalho alertar os gestores públicos sobre estas disparidades e promover futuros estudos e investimentos na região, além de servir para consulta pública a quem interessar estudar mais sobre este tema.

Por fim, nas conclusões e discussões, as descobertas principais apontam para uma melhoria na qualidade de vida tanto da população nordestina quanto do Brasil em geral. No entanto, os indicadores ainda estão distantes do desejado, demonstrando que as razões por trás desses resultados insatisfatórios são de natureza política e econômica. É possível que ocorram mudanças positivas com o comprometimento de gestores públicos em prol da comunidade.

**Palavras-chave:** IPQV, IBGE, Estatísticas.

## **ABSTRACT**

The COVID-19 pandemic, despite being negative, was a milestone in several types of studies around the world, especially when it comes to evaluating the population's quality of life. In Brazil, the Brazilian Institute of Statistics and Geography (IBGE) proposed an index to assess the population's loss of quality of life, called the Quality of Life Loss Index (IPQV).

For this work, the use of IPQV in the Northeast region of Brazil during the pandemic, between the years 2020 and 2022, is analyzed, which measures the drop in the quality of life of the population throughout Brazil, presenting discrepant results between the federative units.

To this end, the overall objective is to present comparative statistical data from the penultimate and last IBGE report for IPQV, from 2007-2008 and the current one, showing readers the causes of discrepancies in the quality of life between the federative states of the region. northeast compared to other major regions of Brazil, from the point of view of investments made. Although IBGE provides excellent statistics, as a specific objective of this work, it is necessary to take a more holistic approach, which is of fundamental importance especially in Geography and empirical sciences.

Methodologically, this work is classified as investigative/descriptive, as it seeks to understand the origins of the inequalities that led to the regional discrepancy, using documentary research, bibliographical analyzes of previous studies, news published by the press and statistical analyzes of the data obtained, updated and published by IBGE in 2023.

Therefore, in the present work, it was exposed how the damages and losses resulting from the COVID-19 pandemic impacted the quality of life in the Brazilian northeast in comparison with the other states of the country, justifying the creation of this work to alert public managers about these disparities and promote future studies and investments in the region, in addition to serving as a public consultation for anyone interested in studying more on this topic.

Finally, in the conclusions and discussions, the main findings point to an improvement in the quality of life of both the northeastern population and Brazil in general. However, the indicators are still far from what is desired, demonstrating that the reasons behind these unsatisfactory results are political and economic in nature. It is possible that positive changes will occur with the commitment of public managers to benefit the community.

**Keywords:** IPQV, IBGE, Statistics,

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1.</b> As Nove Dimensões do IPQV.....                                | 20 |
| <b>Figura 2.</b> Matriz do IPQV.....   | 22 |
| <b>Figura 3.</b> IPQV, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados..... | 27 |
| <b>Figura 4.</b> IPQV, por unidade da federação.....                           | 30 |
| <b>Figura 5.</b> Taxa de pobreza por estados do Brasil em 2012.....            | 38 |
| <b>Figura 6.</b> Taxa de pobreza por estados do Brasil em 2022.....            | 39 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1.</b> Temas de qualidade de vida utilizados no Perfil de Despesas.....      | 21 |
| <b>Quadro 2.</b> As quatro fases iniciais das políticas regionais para o Nordeste..... | 35 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| <b>Gráfico 1.</b> IPQV, segundo o sexo e a cor ou raça.....                             | 24 |
| <b>Gráfico 2.</b> IPQV, segundo a composição demográfica e a composição da família..... | 26 |
| <b>Gráfico 3.</b> Resultados de Previsão obtidos através do programa SPSS.....          | 28 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Tabela 1.</b> Proporção de pessoas das famílias residentes e IPQV.....                      | 25 |
| <b>Tabela 2.</b> Repasses do governo federal para cidadãos, estados e municípios em 2023 ..... | 36 |

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| BNDES  | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social   |
| FINOR  | Fundo de Investimento do Nordeste  |
| GTDN   | Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste   |
| IBGE   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  |
| IDH    | Índice de Desenvolvimento Humano   |
| IDS.   | Índice de Desenvolvimento Socioeconômico   |
| IPEA   | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada   |
| IQV    | Índice de Qualidade de Vida  |
| IPQV   | Índice de Perda de Qualidade de Vida   |
| ONU    | Organização das Nações Unidas  |
| OPAS   | Organização Pan-Americana da Saúde na América Latina e Caribe                                |
| PAC    | Programa de Aceleração do Crescimento  |
| PIB    | Produto Interno Bruto  |
| PNB    | Produto Nacional Bruto   |
| PNUD   | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  |
| POF    | Pesquisa de Orçamentos Familiares  |
| SPSS   | <i>Statistical Package for the Social Science</i> (Pacote Estatístico para Ciências Sociais) |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  |
| USP    | Universidade de São Paulo  |
| WWF    | <i>World Wide Fund for Nature</i> (Fundo Mundial pela Natureza)                              |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>14</b> |
| <b>CAPÍTULO I.....</b>  | <b>16</b> |
| 1.1 Contexto Histórico e Definições.....                        | 16        |
| 1.2 Origens do IPQV.....  | 18        |
| 1.3 Dimensões sobre a Qualidade de Vida para o Brasil.....      | 19        |
| <b>CAPÍTULO II.....</b>   | <b>22</b> |
| 2.1 Estatísticas sobre IPQV para o Brasil.....                  | 22        |
| 2.2 Relatos sobre Queda na Qualidade de Vida .....              | 29        |
| 2.2.1 E para o Nordeste?.....                                   | 29        |
| <b>CAPÍTULO III.....</b>  | <b>32</b> |
| 3.1 Estudos sobre baixos índices no Nordeste Brasileiro.....    | 32        |
| 3.2 Leitura sobre investimentos feitos no Brasil.....           | 35        |
| 3.2.1 Valores Investidos no combate à pandemia de COVID-19..... | 37        |
| 3.2.2 E Para o futuro?.....                                     | 37        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                             | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>43</b> |

## INTRODUÇÃO

Qualidade de vida é um termo que se associa a todos os seres humanos, e para fins de delimitação desta pesquisa, foi trabalhado a perda de qualidade de vida, onde o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de forma experimental, criou um índice com dados atuais trazidos a público no ano de 2021 e atualizados até maio de 2023, batizado de Índice de Perda de Qualidade de Vida (IPQV).

Para tanto, como base para o presente estudo, será detalhado e comparado as estatísticas sobre o IPQV da região Nordeste com as outras grandes regiões do Brasil, durante a pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 a 2022, pois infelizmente foi uma das regiões mais afetadas por esta perda, além de mostrar aos leitores as causas das discrepâncias na qualidade de vida entre os estados federativos da região nordeste em comparação às outras grandes regiões do Brasil, sob o ponto de vista de investimentos feitos.

A justificativa deste trabalho seria primeiramente mostrar aos leitores as causas das perdas apresentadas serem maiores para nossa região comparado com as outras e, para os gestores públicos a quem possa interessar ler este trabalho, ficar como um alerta para a tamanha discrepância entre as regiões do Brasil com a nossa, sendo essencial para futuros possíveis estudos e investimentos nos nove estados da nossa região. É bastante relevante mostrar aos leitores que, baseado nas estatísticas levantadas, a região Nordeste sofre historicamente de baixos índices em qualidade de vida e, com isso, levantar as possíveis causas deste problema tão profundamente enraizado em nossa sociedade.

O trabalho em questão terá caráter investigativo/descritivo, pois busca compreender na questão da discussão dos índices as origens das desigualdades que acarretaram na discrepância entre as regiões do nosso país, utilizando também um recorte temporal compreendido da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 até os dias atuais. No que diz respeito aos procedimentos técnicos e epistemológicos deste estudo, será utilizado a busca documental e análises bibliográficas de estudos criados e publicados anteriormente.

Para estruturação desta pesquisa, ela terá três capítulos. No primeiro capítulo será descrito alguns termos técnicos básicos para entendimento geral do trabalho, como as definições do que é qualidade de vida (que é muito confundido com padrão de vida, por exemplo); alguns termos técnicos do IBGE utilizados na pesquisa deste índice e outros detalhes menores pertinentes. No segundo capítulo será apresentado dados estatísticos com imagens e tabelas para embasamento científico do trabalho, mostrando de forma clara e didática as

diferenças das perdas por toda a população brasileira, sendo acentuada nos estados da nossa região, incluindo uma análise de previsão apenas dos dados da tabela de 2017-2018 atualizada até o mês de maio do ano de 2023, o programa para computadores utilizado *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), onde o mesmo reportou que há uma tendência de melhora dos índices e agora os resultados devem ser melhores, já que a situação tanto do país como do mundo passou de pandemia para endemia, o que pelo menos pode indicar um alento para a situação atual e futura do Brasil.

No terceiro e último capítulo será levantado textos e buscas documentais sobre os motivos da disparada de aumento do índice de perda de qualidade de vida nos estados do Nordeste, destacando ainda um ponto extra sobre futuros investimentos a serem feitos no Brasil para os próximos anos. Por fim, nas conclusões e discussões, será mostrado que as causas dos índices serem tão ruins são majoritariamente políticas e econômicas, desrespeitando o princípio da isonomia defendida em Constituição Federal.

Sendo assim, objetiva-se mostrar no presente trabalho, além dos dados estatísticos do IBGE, elencar os motivos do porquê os índices serem tão ruins em nossa região, comparada à outras regiões do país. Outra problemática discutida aqui seria a de que o IBGE trata apenas dos números, da estatística por assim dizer, mas que, na Geografia e também como cientista do empírico, deve-se olhar ter um olhar mais abrangente, por todos os ângulos, e não apenas através de números.

## CAPÍTULO 1

### 1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E DEFINIÇÕES

O campo do conhecimento sobre qualidade de vida se manifesta como uma esfera multidisciplinar que abarca não apenas uma variedade de ciências e saberes populares, mas também conceitos que influenciam todos os aspectos da vida das pessoas. Nessa perspectiva, lidamos com uma infinidade de elementos que compõem o dia a dia humano, considerando desde a percepção e expectativa subjetivas sobre a vida, até questões mais deterministas como o agir clínico frente a doenças e enfermidades (Almeida et. al, 2012).

O termo qualidade de vida está amplamente difundido na linguagem da sociedade contemporânea, sendo adotado em nosso vocabulário com diversas conotações. Há um consenso geral de que falar sobre qualidade de vida é algo positivo, mesmo que não se defina exatamente o que isso significa. O senso comum utiliza esse conceito para expressar melhorias ou um alto padrão de bem-estar em diversos aspectos da vida, sejam eles econômicos, sociais ou emocionais. No entanto, o campo do conhecimento sobre qualidade de vida ainda está em processo de construção de sua identidade. Às vezes, é associado à saúde, outras vezes à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação. No entanto, a essência desse conhecimento sugere que todos esses fatores contribuem para uma percepção positiva de bem-estar. A compreensão da qualidade de vida abrange uma ampla gama de campos do conhecimento humano, incluindo biologia, sociologia, política, economia, medicina, entre outros, todos inter-relacionados de forma contínua (Almeida et. al, 2012).

No que se refere sobre indicadores é crucial esclarecer algumas informações pertinentes: são dispositivos de medição que são compreendidos por todos, de maneira geral, e considerados como critérios amplamente reconhecidos na avaliação de alterações (Zahler, 2016). Ainda sobre indicadores, são informações utilizadas, quantificadas e simples que facilitam a comunicação, comparações e facilitam o processo de tomada de decisão (Herculano, 1998). Um indicador é uma situação ou característica que serve como sinal de comprovação de outro fato, cuja função é a de dar características detalhadas dos objetivos e resultados, fixando o que e quanto se pretende alcançar, além de fornecer base científica para acompanhamento e a avaliação do que foi planejado (Pfeiffer, 2000).

O estabelecimento de indicadores nas ciências sociais e ambientais, por exemplo, é tido como complexo, pois é através desta ferramenta que se tenta tornar o intangível em tangível. É

de extrema importância serem especificados em sua mensuração estar livre de opiniões pessoais, e sim baseadas em fatos e evidências (Herculano, 1998).

No caso dos indicadores de qualidade de vida, que é um dos assuntos principais deste trabalho, é necessário quantificar o acesso da população aos seguintes fatores: meio ambiente saudável, emprego, educação, saneamento básico, saúde, moradia, ao lazer, à segurança. A “qualidade de vida”, foi confundida inicialmente, no século XX com “padrão de vida” (SENAC, 2006). A grande diferença entre qualidade e padrão de vida se dá ao fato de que o primeiro abrange todas as necessidades humanas, como saúde, educação, moradia, segurança e bem-estar. Já o padrão de vida diz respeito apenas ao fator material da vida, ou seja, a quantidade e qualidade dos serviços adquiridos. Este conceito acabou por refletir nos indicadores atualmente utilizados como o Produto Interno Bruto (PIB), cujo indicador avalia somente o desenvolvimento dos países pela quantidade de riqueza gerada, sem levar em consideração a concentração dessas riquezas nas diferentes classes sociais, muito menos garantindo o bem-estar da população, apesar de se pregar que o objetivo do desenvolvimento de um país democrático seja de garantir uma vida digna e satisfatória a todos os seus cidadãos. O Produto Nacional Bruto (PNB) também se faz semelhante ao PIB, pois ele não faz distinção entre atividades econômicas diferentes (Zahler, 2016).

No referente ao contexto histórico, já na década de 1990, foi proposto Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que abrange os indicadores de: expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e o PIB *per capita*. Foi proposta uma escala compreendida entre 0 e 1, que considera os países ou estados com IDH menor que 0,5 como de baixo desenvolvimento humano, mas que, não considera os indicadores de sustentabilidade ambiental (SENAC, 2006). Em 1992, logo após a Eco-92, o Centro de Estudos para a Sustentabilidade do México e o Conselho da Terra, criaram um índice denominado “Pegada Ecológica”, que mensurava o tamanho dos impactos ambientais realizados por uma nação. Este índice inclui o quanto de natureza uma nação usa e o quanto de área biologicamente produtiva é explorado por ela, permitindo assim descobrir o quanto, em média, cada cidadão de determinado país utiliza dos recursos naturais disponíveis. A medida é feita em hectares, mas não representa um pedaço de terra, pois devido ao comércio internacional, todos os cidadãos usufruem dos recursos naturais de outras nações. Esse índice permite comparar a situação ecológica ano a ano, tal qual os indicadores econômicos, em

qualquer escala (globo, país, cidade, campo, empresa), permitindo saber se determinado local está longe ou perto da sustentabilidade (Zahler, 2016).

Um outro índice para medir o uso e o impacto do homem sobre a natureza seria o PIB Verde (ou PIB Real), que expressa monetariamente os custos e benefícios das atividades econômicas para o meio ambiente. Ele é defendido por economistas do mundo todo, pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Banco Mundial e pelo Fundo Mundial pela Natureza (WWF), como uma forma de incluir o meio ambiente na economia, uma vez que isso não é levado em conta pelo PIB mundial.

O Índice de Qualidade de Vida (IQV) foi proposto por Herculano, pois para ela, a qualidade de vida deveria ser definida como sendo a soma das seguintes condições: econômica, ambiental, científico-cultural e política. Todas estas condições seriam construídas coletivamente e colocadas à disposição dos indivíduos para que estes possam almejar suas potencialidades. Com isto, implica medir os níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos, além dos mecanismos para o seu fomento; os canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para a resolução de controvérsias; mecanismos de financiamento da produção; mecanismos de acessibilidade ao consumo (renda, alimentação, água, luz, saneamento); canais democratizados de comunicação e de informação; proporção de áreas verdes para a população urbana; proporção de áreas de biodiversidade protegida; organismos governamentais e não-governamentais para, por fim, a implementação da qualidade de vida.

Esse conceito de qualidade de vida, ao incorporar a dimensão subjetiva da percepção das condições de vida, permite olhar os índices econômicos (como renda e PIB) e de saúde (como expectativa de vida ao nascer), desde uma perspectiva mais ampla, que pode contribuir de forma significativa para pensar a sociedade atual.

## **1.2 ORIGENS DO IPQV**

Inicialmente concebida para ocorrer a cada década e nomeada pelo IBGE como Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), teve sua origem entre os anos de 1987 e 1988. Devido ao sucesso e tamanha relevância, este estudo passou a ser feito com intervalos cada vez menores e, a partir da sétima edição, compreendida no período de 2017-2018 (iniciada em 11 de julho

de 2017 e finalizada em 9 de julho de 2018), passou a ser atualizada anualmente, sendo a sua última atualização feita em maio de 2023 (IBGE 2023).

A pesquisa trouxe medições precisas referentes à estrutura de consumo, gastos, rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, possibilitando traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos. Além destas informações, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. Foi possível, por exemplo, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços (IBGE 2023).

Foi a partir desta sétima publicação que foi trazido pela primeira vez, uma avaliação da qualidade de vida da população brasileira por meio de dois índices de perdas ou privações multidimensionais: o próprio IPQV e o Índice de desempenho socioeconômico (IDS). Segundo (Anand e Sen, 1997), cumpre realçar, mensurar as privações (as perdas na qualidade de vida) demandam uma abordagem microfocada nos indivíduos, enquanto mensurar o progresso (ou desenvolvimento) socioeconômico requer uma abordagem agregada, focada no conjunto da sociedade.

Ademais, o IPQV é apresentado por recortes geográficos; variáveis associadas à qualificação para o convívio social e para o ingresso na atividade econômica, como a escolaridade; e variáveis relativas à inserção da pessoa de referência da família no mercado de trabalho (IBGE, 2023). A importância do acompanhamento da qualidade de vida, da satisfação e do bem-estar subjetivo e de medidas de rendimento mais próximas à renda disponível é enfatizada também por (Stiglitz, Sen e Fitoussi, 2009), *OECD* (2013), e na publicação *How's life: 2015: measuring well-being* (2015).

### **1.3 DIMENSÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA PARA O BRASIL**

O IPQV atua como um identificador das perdas (ou privações) as quais as pessoas sofreram na sua qualidade de vida. Estas perdas ocorrem porque as famílias têm dificuldades em transformar integralmente todos os seus recursos e suas aquisições de bens e serviços em qualidade de vida. As características das famílias e dos seus membros, aspectos da sociedade e

da localização de onde vivem, além dos bens e serviços adquiridos, são os principais fatores que afetam a conversão de todos os recursos em qualidade de vida das famílias (IBGE 2023).

As nove dimensões do IPQV, representada na Figura 1 e expandida no Quadro 1, foram analisadas de forma abrangente, relacionando-as com um conjunto de condicionantes selecionados, como aspectos geográficos, características da pessoa de referência da família, composição familiar e décimos de renda.

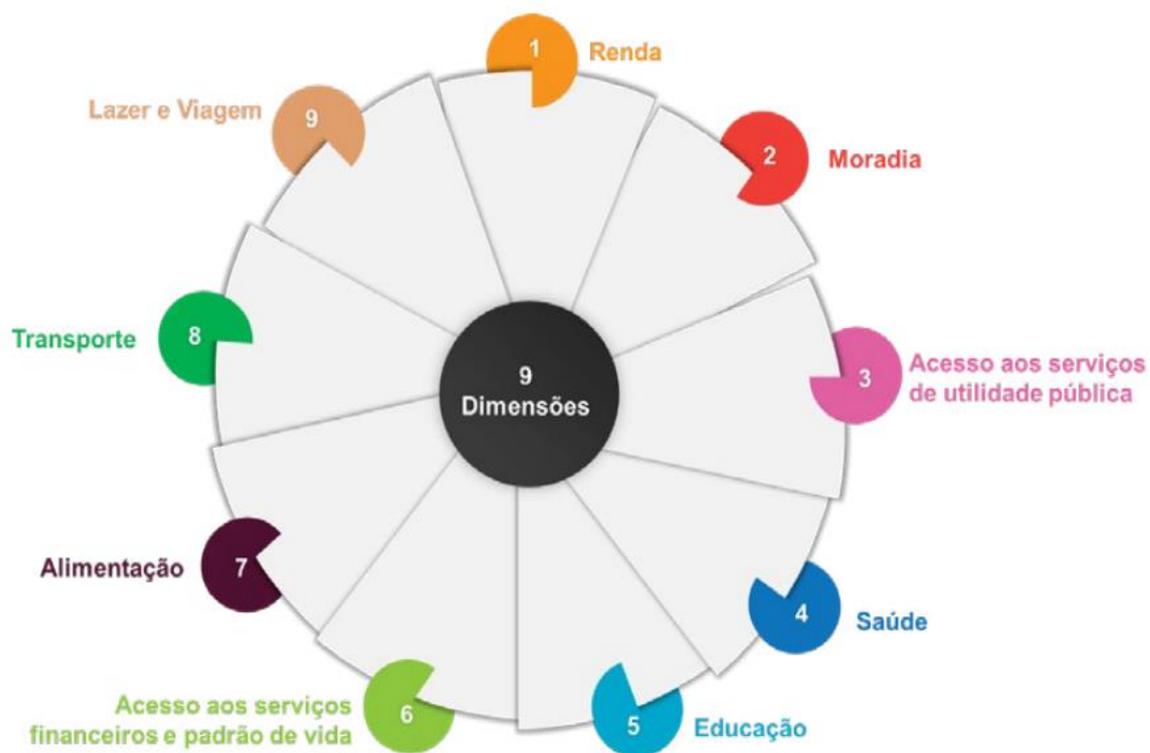


Figura 1: As nove dimensões do IPQV.

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostras de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. IBGE, 2023.

| Temas |  | Descrição   |
|-------|--|---|
| 1     | Renda  | Avaliação subjetiva da renda mínima familiar  |
|       |  | Renda disponível e seus componentes   |
|       |  | Renda líquida e seus componentes  |
|       |  | Pobreza e desigualdade de renda   |
| 2     | Moradia: aspectos do meio ambiente e características da estrutura do domicílio | Despesas relacionadas a serviços de moradia   |
|       |  | Aspectos do meio ambiente   |
|       |  | Estrutura do domicílio e avaliação subjetiva da situação de risco e padrão do domicílio   |
| 3     | Acesso aos serviços de utilidade pública                                       | Despesas e acesso a serviços de necessidades essenciais: água, luz elétrica, gás, comunicação e coleta de lixo e avaliação subjetiva dos mesmos |
| 4     | Saúde  | Despesas com medicamentos, produtos farmacêuticos e serviços médicos  |
|       |  | Acesso e despesa com plano de saúde   |
|       |  | Restrição a medicamentos e serviços de saúde e avaliação do padrão de vida familiar em relação a saúde  |
| 5     | Educação   | Despesa com serviços de educação, segundo o nível, de ensino  |
|       |  | Avaliação subjetiva da educação   |
| 6     | Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida                               | Despesas de serviços financeiros e empréstimos e avaliação da renda familiar  |
| 7     | Alimentação  | Despesas dentro e fora do domicílio   |
|       |  | Avaliação do padrão de vida da família em relação a alimentação e do valor mínimo de gastos com alimentação                                     |
| 8     | Transporte   | Despesa com transporte público e particular   |
|       |  | Tempo de deslocamento no transporte para o trabalho e avaliação do padrão de vida familiar em relação ao transporte                             |
| 9     | Lazer e viagem   | Despesas com entretenimento e viagens por motivo de lazer e avaliação do padrão de vida familiar em relação ao lazer                            |

Quadro 1: Temas de qualidade de vida utilizados no Perfil de Despesas.

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostras de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018. IBGE, 2023.

Para os cálculos do IPQV os temas da alimentação e saúde são agregados em uma única dimensão. A ideia é que as privações de alimentação refletem na saúde das pessoas, sendo esperado que uma pessoa ou família em insegurança alimentar grave tenha perdas na qualidade de vida no que se refere à sua saúde. Os outros temas que foram agregados são transporte e lazer. Tal agregação se justifica pelo uso do tempo e pela necessidade de balancear ou equilibrar as atividades do dia a dia. No final, tem-se seis dimensões: moradia (aspectos do meio ambiente e estrutura e outras características do domicílio), educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, transporte e lazer serviços de utilidade pública, saúde e alimentação (IBGE, 2023).

## CAPÍTULO 2

### 2.1 ESTATÍSTICAS SOBRE IPQV

O IPQV, criado com base na literatura de índices multidimensionais, trata de forma axiomática diferentes temas como bem-estar, desigualdade, exclusão social, pobreza etc. Sua matriz é calculada conforme a Figura 2:

$$\begin{aligned}
 IPQV = IPQV(X) &= \frac{1}{\sum_{i=1}^n F_i} \cdot \sum_{i=1}^n F_i \frac{e^{(\sum_{j=1}^d X_{ij} W_j)} - 1}{e - 1} \equiv \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} \\
 &= L(V_1(C_1), \dots, V_n(C_n))
 \end{aligned}$$

Figura 2: Matriz de cálculo do IPQV. Fonte: IBGE, 2023.

No caso, o IPQV é calculado como uma função de perda agregada (*loss-function* ou *ill-function*) representada por L o que demanda uma pequena modificação do trabalho de Tsui (1995) que trata de funções de bem-estar (*welfare functions*) multidimensionais côncavas (ou, de forma mais geral, quase côncavas).

Para representar a perda de qualidade de vida, L precisa ser uma função convexa das perdas representadas na matriz  $X = [X_{ij}, (i=1, \dots, n), (j=1, \dots, d)]$ , onde n representa o número de pessoas, d é o número de características ou dimensões incluídas na análise. Os elementos da matriz X assumem valores 0 ou 1, sendo as perdas indicadas por 1,  $X = [X_{ij} = 0 \text{ ou } 1]$ . Logo,  $X_{ij}=1$  significa que a pessoa “i” tem perda de qualidade de vida segundo a característica “j”.

De forma geral, por ser um índice calculado como média das perdas ponderadas da população, gera-se resultados com valores entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 0 menor serão as perdas e conseqüentemente, quanto mais próximo do valor 1 maior serão as perdas. Outro fator relevante a se destacar sobre o IPQV é que cada dimensão tem o mesmo peso, embora haja um número diferente de variáveis indicadoras em cada dimensão. Para tanto os indicadores são ponderados de tal forma que a soma dos pesos seja a mesma em cada uma das dimensões. Isto significa dizer que para o cálculo do IPQV não há diferença de importância entre a educação ou moradia, por exemplo (IBGE, 2023).

Nos cálculos do IBGE para o Brasil, o IPQV mostra resultados relevantes sobre o quanto os números evoluíram. Na Tabela 1 é mostrado a proporção de famílias residentes, IPQV e a contribuição do IPQV para o Brasil, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados, neste caso o penúltimo relatório de 2008-2009 e o atual. Nota-se, através de análise preliminar da tabela sobre a localização geográfica do domicílio, que houve uma redução da população rural entre os períodos analisados de 2,3%, ao mesmo tempo que houve uma diminuição do IPQV tanto para o âmbito rural quanto para o urbano. Em todas as regiões do país houve também uma redução do IPQV. Ainda sobre as grandes regiões percebe-se um tímido aumento da proporção de pessoas das famílias residentes migrando para o sudeste e centro-oeste do país; um aumento de 0,2% e 0,4%, respectivamente.

No referente ao subgrupo pessoas de referência pela composição demográfica nota-se um aumento da proporção de pessoas das famílias residentes com 50 a 64 anos e 65 anos ou mais, paralelamente observando que pessoas de até 24 anos e 25 até 49 anos sofreram uma diminuição. Em todas as faixas etárias, como fator positivo, houve diminuição do IPQV, considerando os dois relatórios comparados.

Com relação a cor das pessoas. é importante frisar que o IBGE, neste estudo, trabalhou apenas com pessoas brancas, pretas ou pardas, onde houve uma perda significativa no IPQV de pessoas brancas de 4,7% na proporção de pessoas das famílias residentes, ao passo que houve uma diminuição do IPQV também de 4,7% referente às pessoas pretas ou pardas. No Gráfico 1 é apresentado que as pessoas de cor branca tiveram uma redução de 0,178 para 0,122 no IPQV, para os dois períodos comparados (2008-2009 e 2017-2018), sendo esta redução na ordem de 31,4%. Já para as pessoas pretas ou pardas, a redução do IPQV foi de 0,271 para 0,183, tendo uma redução de 32,4%. Em ambas, também como fator positivo nesta análise, houve diminuição do IPQV na mesma comparação dos dois períodos analisados.

No que diz respeito ao sexo das pessoas, a proporção de pessoas das famílias residentes tanto para os homens como para as mulheres diminuiu 12,7%. Ainda no Gráfico 1 é mostrado que o IPQV dos homens, nos dois períodos comparados, obteve uma redução de 0,226 para 0,150, ou seja, quase 33%. Já as mulheres obtiveram uma redução de 0,232 para 0,168, representando uma queda de quase 28%. Como fator positivo da análise, houve uma diminuição do IPQV para ambos os sexos, apesar das perdas do sexo feminino ainda sejam menores comparada aos homens, nos dois períodos analisados.

Na condicionante “nível de instrução”, os resultados apresentados e comparados são bastante positivos. Na proporção de pessoas das famílias residentes houve uma diminuição da porcentagem de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, por exemplo. Em todas as condicionantes houve também uma ligeira diminuição do IPQV.

Por fim, na análise das ocupações e formalizações das pessoas houve um pequeno aumento na proporção de pessoas empregadas como domésticas, militares e funcionários públicos e empregadores, além de pessoas desempregadas e outros casos; mas também houve uma diminuição tímida de pessoas empregadas em empresas privadas e autônomos. Em todas as condicionantes avaliadas houve uma diminuição do IPQV.

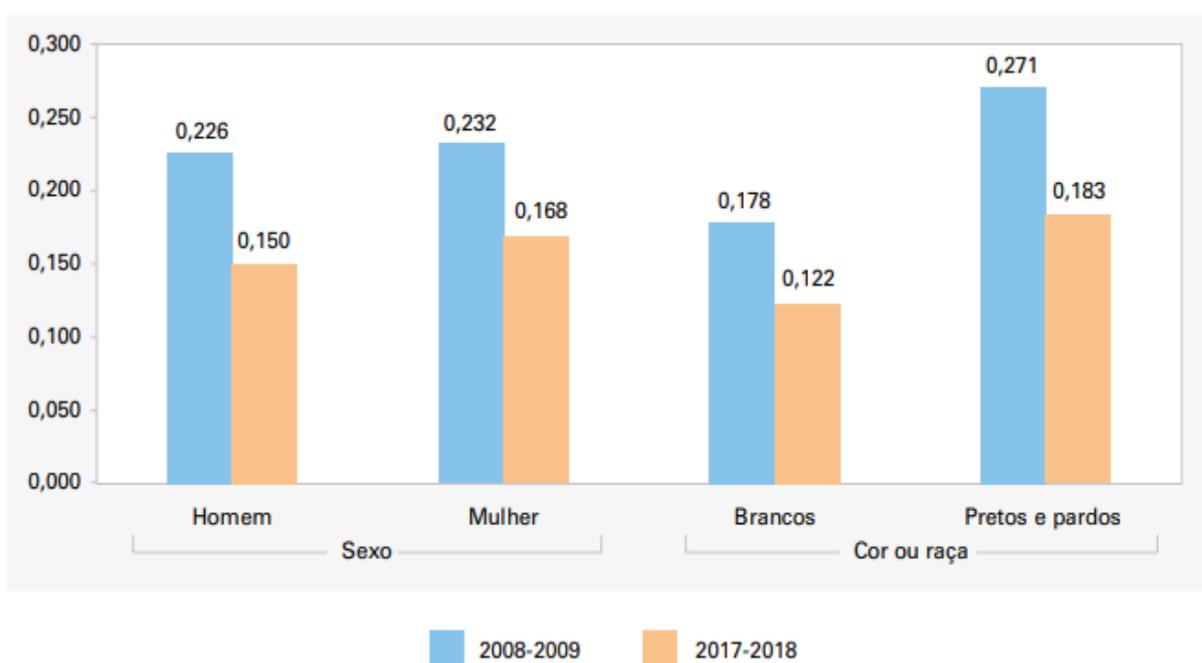


Gráfico 1 - Índice de perda de qualidade de vida, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa de referência - Brasil - 2008-2009/2017-2018 Fonte: IBGE, 2023.

| Condicionantes e subgrupos selecionados    | IPQV         |              | Contribuição da média para o valor do IPQV |              | Contribuição dos desvios para o valor do IPQV |              | Contribuição da média para o valor do IPQV (%) |             |
|--|--------------|--------------|--|--------------|---|--------------|--|-------------|
|  | 2008-2009    | 2017-2018    | 2008-2009                                  | 2017-2018    | 2008-2009                                     | 2017-2018    | 2008-2009                                      | 2017-2018   |
| <b>Localização geográfica do domicílio</b> |              |              |  |              |   |              |  |             |
| <b>Brasil</b>                              | <b>0,227</b> | <b>0,157</b> | <b>0,217</b>                               | <b>0,150</b> | <b>0,010</b>                                  | <b>0,007</b> | <b>95,6</b>                                    | <b>95,7</b> |
| Urbano                                     | 0,205        | 0,142        | 0,196                                      | 0,136        | 0,008   | 0,006        | 95,9   | 95,9        |
| Rural                                      | 0,337        | 0,244        | 0,328                                      | 0,238        | 0,009   | 0,007        | 97,2   | 97,3        |
| <b>Grandes Regiões</b>                     |              |              |  |              |   |              |  |             |
| Norte                                      | 0,318        | 0,223        | 0,309                                      | 0,216        | 0,010   | 0,007        | 97,0   | 96,9        |
| Nordeste                                   | 0,303        | 0,207        | 0,293                                      | 0,200        | 0,010   | 0,007        | 96,8   | 96,6        |
| Sudeste                                    | 0,181        | 0,126        | 0,174                                      | 0,121        | 0,007   | 0,005        | 96,0   | 95,9        |
| Sul  | 0,167        | 0,114        | 0,161                                      | 0,110        | 0,006   | 0,004        | 96,5   | 96,4        |
| Centro-Oeste                               | 0,223        | 0,158        | 0,216                                      | 0,153        | 0,007   | 0,005        | 96,7   | 96,6        |
| <b>Pessoa de referência</b>                |              |              |  |              |   |              |  |             |
| <b>Composição demográfica</b>              |              |              |  |              |   |              |  |             |
| Até 24 anos                                | 0,247        | 0,167        | 0,237                                      | 0,161        | 0,010   | 0,006        | 96,1   | 96,1        |
| 25 a 49 anos                               | 0,229        | 0,157        | 0,219                                      | 0,150        | 0,010   | 0,007        | 95,6   | 95,6        |
| 50 a 64 anos                               | 0,227        | 0,157        | 0,216                                      | 0,150        | 0,010   | 0,007        | 95,4   | 95,5        |
| 65 anos ou mais                            | 0,217        | 0,155        | 0,208                                      | 0,149        | 0,009   | 0,006        | 95,7   | 96,0        |
| <b>Cor ou raça</b>                         |              |              |  |              |   |              |  |             |
| Brancos                                    | 0,178        | 0,122        | 0,171                                      | 0,117        | 0,008   | 0,005        | 95,7   | 95,7        |
| Pretos e pardos                            | 0,271        | 0,183        | 0,261                                      | 0,176        | 0,010   | 0,007        | 96,4   | 96,3        |
| <b>Sexo</b>                                |              |              |  |              |   |              |  |             |
| Homem                                      | 0,226        | 0,150        | 0,215                                      | 0,143        | 0,010   | 0,007        | 95,5   | 95,6        |
| Mulher                                     | 0,232        | 0,168        | 0,222                                      | 0,161        | 0,010   | 0,007        | 95,8   | 95,9        |
| <b>Nível de instrução</b>                  |              |              |  |              |   |              |  |             |
| Sem instrução                              | 0,339        | 0,253        | 0,330                                      | 0,247        | 0,009   | 0,006        | 97,3   | 97,5        |
| Ensino fundamental incompleto              | 0,262        | 0,198        | 0,253                                      | 0,192        | 0,009   | 0,006        | 96,7   | 97,0        |
| Ensino fundamental completo                | 0,204        | 0,154        | 0,197                                      | 0,149        | 0,007   | 0,005        | 96,5   | 96,6        |
| Ensino médio incompleto                    | 0,210        | 0,161        | 0,202                                      | 0,156        | 0,007   | 0,005        | 96,5   | 96,9        |
| Ensino médio completo                      | 0,168        | 0,123        | 0,162                                      | 0,119        | 0,006   | 0,005        | 96,4   | 96,2        |
| Ensino superior incompleto                 | 0,131        | 0,105        | 0,126                                      | 0,101        | 0,005   | 0,004        | 96,0   | 95,9        |
| Ensino superior completo                   | 0,100        | 0,074        | 0,096                                      | 0,071        | 0,004   | 0,003        | 95,9   | 96,1        |
| <b>Ocupação e formalização</b>             |              |              |  |              |   |              |  |             |
| Empregado doméstico                        | 0,261        | 0,201        | 0,253                                      | 0,195        | 0,008   | 0,006        | 97,1   | 96,9        |
| Empregado privado                          | 0,208        | 0,141        | 0,199                                      | 0,135        | 0,008   | 0,006        | 95,9   | 95,9        |
| Militar e empregado do setor público       | 0,177        | 0,114        | 0,169                                      | 0,110        | 0,008   | 0,005        | 95,7   | 95,8        |
| Conta própria                              | 0,258        | 0,177        | 0,247                                      | 0,169        | 0,011   | 0,007        | 95,7   | 95,9        |
| Empregador                                 | 0,164        | 0,092        | 0,156                                      | 0,088        | 0,008   | 0,004        | 95,2   | 95,5        |
| Fora da força de trabalho e outros casos   | 0,244        | 0,173        | 0,233                                      | 0,166        | 0,011   | 0,007        | 95,6   | 95,9        |

Tabela 1 - Proporção de pessoas das famílias residentes, IPQV e contribuições para o IPQV do Brasil, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados 2008-2009/2017-2018. Fonte: IBGE, 2023.

No prosseguimento das análises, é representada no Gráfico 1 o IPQV segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa de referência, comparando os períodos de 2008-2009 e 2017-2018, datas da penúltima e última POF, respectivamente. É possível observar que as perdas, embora ocorram nos dois períodos analisados, são ligeiramente menores no período mais recente, onde os homens em relação às mulheres obtiveram menos perdas (0,076 contra 0,064, respectivamente). No referente à cor ou raça ainda é notório que as perdas por parte das pessoas declaradas pretas e pardas são maiores que as declaradas brancas (0,056 contra 0,094, respectivamente).

Segundo a composição demográfica e composição da família, baseado na análise do IPQV representado pelo Gráfico 2 à seguir, o IBGE nos traz números relativos menores no último período em relação ao penúltimo (2017-2018 contra 2008-2009), apesar dos índices ainda estarem altos principalmente no que se refere a uma composição familiar de pessoas até 24 anos, com 0,247 de IPQV.

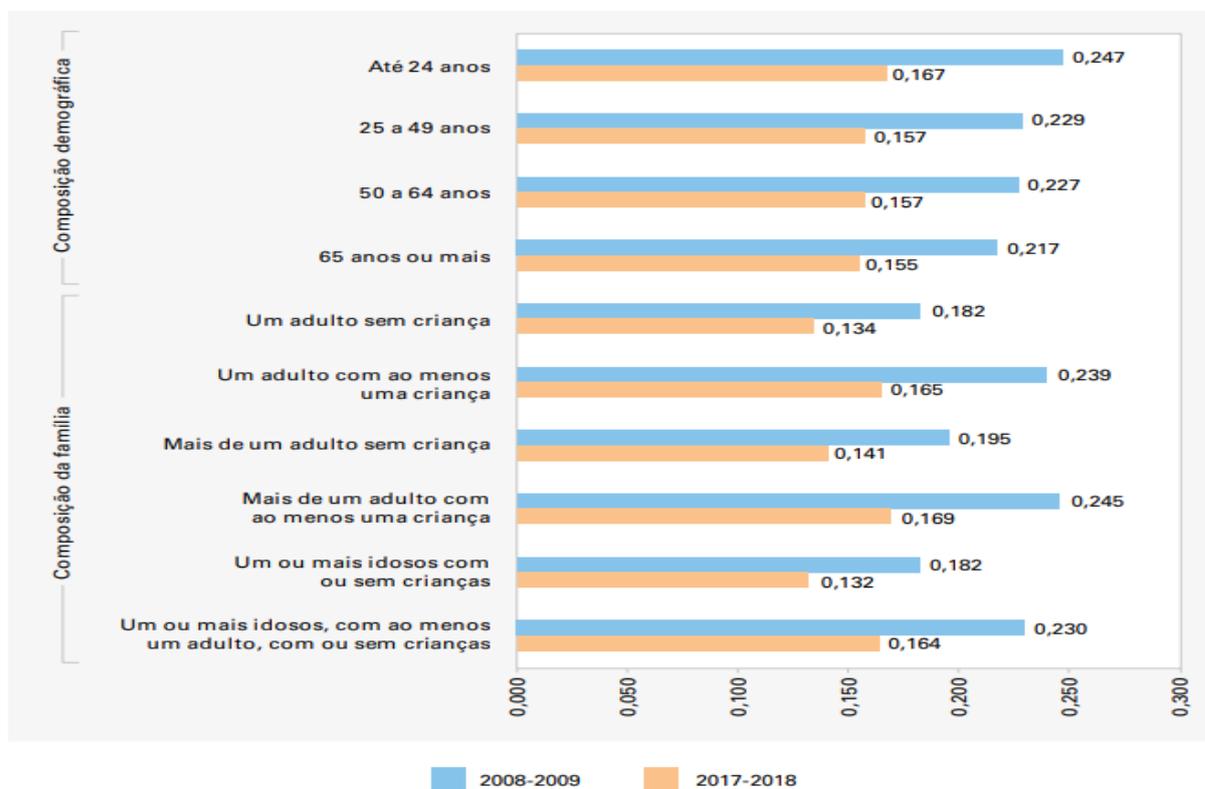


Gráfico 2 - Índice de perda de qualidade de vida, segundo a composição demográfica e a composição da família - Brasil - 2008-2009/2017-2018. Fonte: IBGE, 2023.

De forma mais interativa, o IBGE disponibilizou um gráfico geral do panorama do IPQV do Brasil, reforçando os dados levantados neste capítulo e expandidos na Figura 3 a seguir, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados da Tabela 1. É notório que pessoas sem nenhum nível de escolaridade sofreram grandes perdas em suas qualidades de vida, com um valor de 0,255 (contra 0,076 para aqueles que possuem ensino superior completo). Empregadores no Brasil obtiveram as menores perdas em sua qualidade de vida, em comparação, às pessoas qualificadas como empregados domésticos tiveram perdas altas (0,093 contra 0,203). Pessoas em domicílios rurais, mulheres e pretos e pardos, de acordo com a localização geográfica do domicílio tiveram perdas maiores que pessoas do perímetro urbano, homens e de cor declarada brancos.

## Índice de perda de qualidade de vida - IPQV

Segundo os condicionantes e subgrupos selecionados

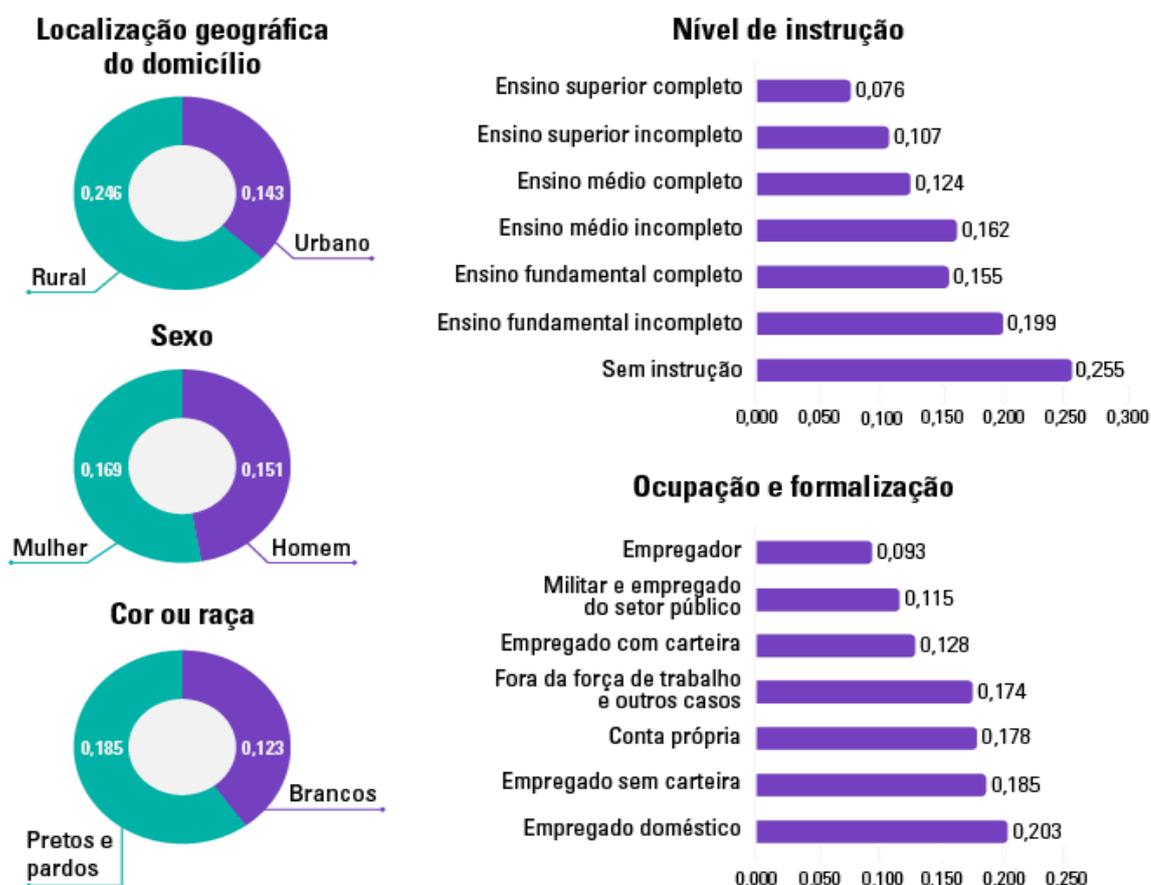
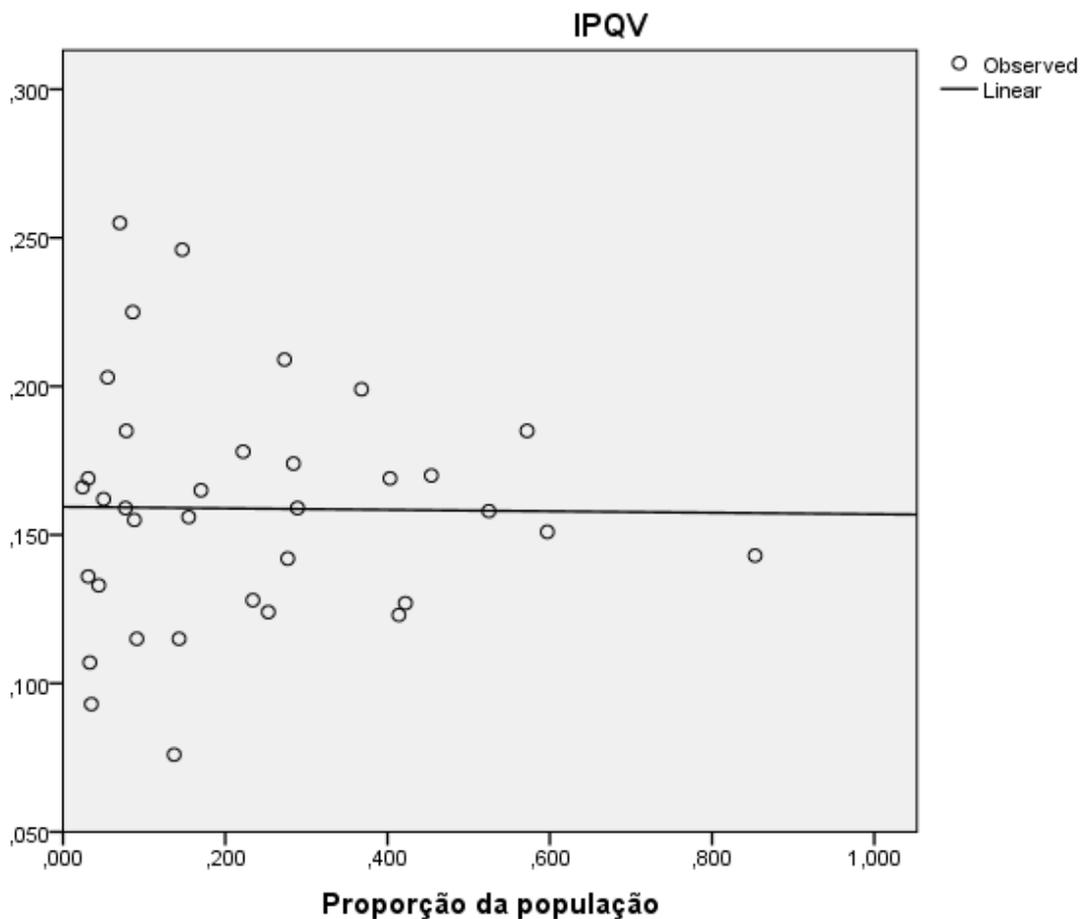


Figura 3: IPQV, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados. Gráfico Interativo. Fonte: IBGE, 2023.

Com ajuda de relatórios gerados pelo programa SPSS, a confecção de gráficos de previsão se faz necessária para avaliar as tendências do IPQV, utilizando para tal trabalho, um nível de confiabilidade de 95%, baseado nos dados fornecidos pela Tabela 1. Apesar dos pontos estarem dispersos no Gráfico 3 apresentado à seguir, é um resultado animador pois, apesar do programa não ter conseguido identificar correlações entre os fatores condicionantes da tabela, a linha no eixo das abscissas denominada “Linear” indica uma ligeira curva decrescente, apoiada pelo resultado máximo apresentado em 0,255 e mínima em 0,076.



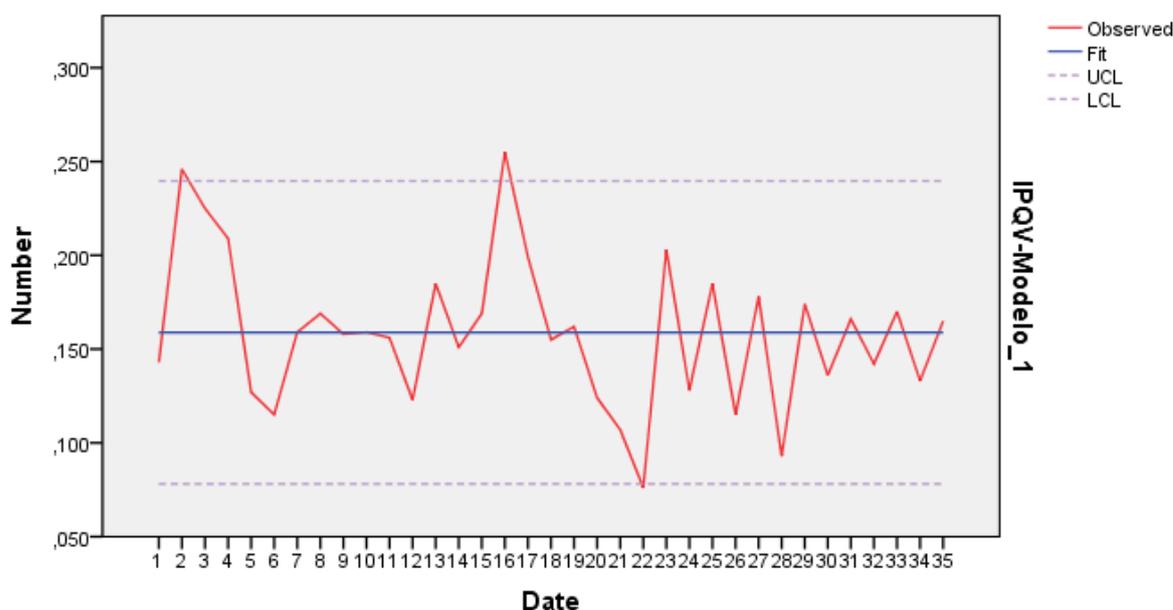


Gráfico 3: Resultados de Previsão obtidos através do programa SPSS para as condicionantes apresentadas na Tabela 1. Fonte: O autor.

## 2.2 RELATOS SOBRE QUEDA NO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA

Notadamente, a qualidade de vida dos brasileiros caiu durante o período pandêmico de COVID-19. De acordo com matéria publicada pelo jornal Estado de Minas (2022), um estudo do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que 20% dos brasileiros ganharam pelo menos dois quilos nesse período. O consumo de álcool também aumentou: 35% das pessoas passaram a consumir doses excessivas de bebidas alcoólicas em curtos intervalos de tempo durante a pandemia, como indica levantamento da Organização Pan-Americana da Saúde na América Latina e Caribe (OPAS). Já os casos de depressão e ansiedade aumentaram em 27,6% e 25,6%, respectivamente, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em matéria publicada pela Folha de São Paulo (2023), a população em situação de rua no Brasil aumentou 935,31% nos últimos dez anos, segundo levantamento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com base em dados do CadÚnico (Cadastro Único) do Governo Federal. O número saltou de 21.934 pessoas em 2013 para 227.087 até agosto 2023.

### 2.2.1 E PARA O NORDESTE?

Os resultados para a região nordeste estão longe do ideal. Dentre as cinco grandes regiões do Brasil ela ocupa o segundo lugar em perdas gerais de qualidade de vida, perdendo

apenas para a região norte. A região sul do país desponta como a que menos houve perdas, seguido das regiões sudeste e centro-oeste. Na Figura 4 mostrada a seguir, têm-se os valores explanados por cada estado federativo do Brasil. É importante lembrar que o IPQV do Brasil foi de 0,227 na penúltima POF realizada em 2008-2009, e caiu para 0,157 em 2017-2018, mas apesar da queda do índice isto não implica dizer que a qualidade de vida das pessoas no Brasil melhorou, e sim que houveram menos perdas.

Dentre os estados do nordeste brasileiro, o menor IPQV relatado foi o do estado do Sergipe, com 0,187, seguido de Ceará com 0,189, Bahia com 0,200, Rio Grande do Norte com 0,205, Pernambuco com 0,206, Paraíba com 0,208, Piauí com 0,213, Alagoas com 0,218 e Maranhão com 0,260. O Nordeste tem 27,3% da população do país e o segundo maior IPQV entre as regiões. Consequentemente, a contribuição dele para o resultado observado no Brasil é a maior, por ter uma população grande e o índice ser relativamente elevado. Todos os estados do Norte e do Nordeste ficaram abaixo da média nacional.

## Índice de perda de qualidade de vida - IPQV

Por unidade da Federação

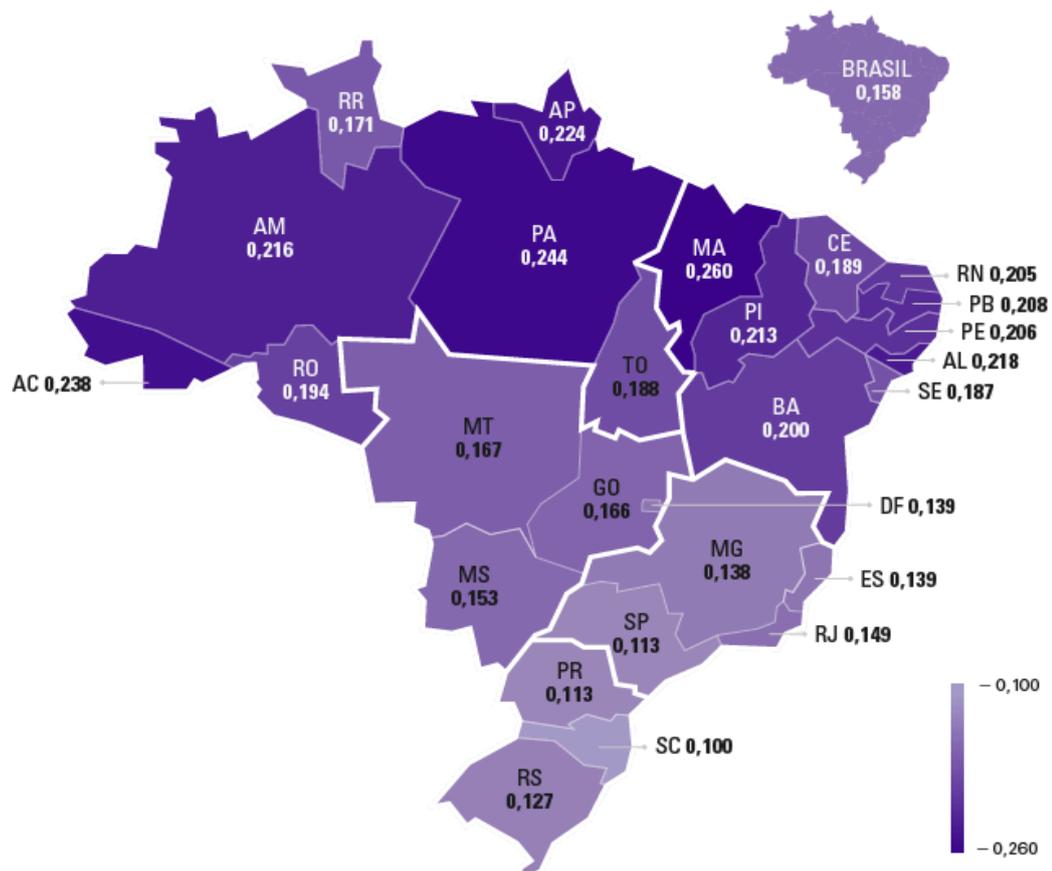


Figura 4: IPQV, por unidade da federação. Fonte: IBGE, 2023

No Pará, por exemplo, elas estão mais relacionadas ao acesso aos serviços de utilidade pública. A dimensão denominada acesso aos serviços de utilidade pública inclui os serviços de energia elétrica, água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Há também avaliação que os moradores fizeram desses serviços que estão disponíveis para eles. Então quando os moradores indicam a ausência de um serviço ou o avaliam como ruim, também é contabilizado como perda de qualidade de vida.

Já no Maranhão, as perdas estavam mais concentradas, além do acesso aos serviços de utilidade pública, no acesso aos serviços financeiros e padrão de vida. Um exemplo disso é que se ninguém em um domicílio tem acesso a uma conta em banco, é contabilizado como perda nessa dimensão. Também é avaliado se a família tem bens duráveis, como fogão, geladeira, micro-ondas e televisão. Alguns desses itens são importantes porque poupam o tempo das pessoas nas tarefas domésticas e elas ficam liberadas para fazer outras atividades.

## CAPÍTULO 3

### 3.1 LEITURA SOBRE INVESTIMENTOS FEITOS NO NORDESTE

A questão da Região Nordeste foi diagnosticada por inúmeras instituições de desenvolvimento como sinônimo de subdesenvolvimento, interpretada como desigualdades regionais originadas pela formação da estrutura econômica da região em condição de atraso econômico, se comparada às outras do Brasil. As políticas de desenvolvimento regional para superação das desigualdades regionais do Nordeste possuem longo histórico, incluindo o reconhecimento do problema e proposta (teórica ou aplicada).

Essa trajetória das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste pode ser compreendida em quatro grandes fases iniciais, propaladas por interpretações e abordagens para superação das assimetrias regionais (Gumiero, 2017) (Quadro 2). Nos anos de 1959 a 1964, a interpretação clássica do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da SUDENE, apresentou a necessidade de implementação da indústria somada à diversificação produtiva, a inserção de pesquisa científica e qualificação da mão de obra por intermédio de cursos superiores e técnicos subsidiados pela própria SUDENE.

A essa ampliação da região polarizada, ou, para falar a linguagem científica da época, do centro do país, correspondem esforços paralelos para induzir ao crescimento econômico as regiões periféricas. É a fase de criação de verdadeiras entidades regionais, a exemplo, aliás repetidamente proclamado, do que os Estados Unidos haviam feito no vale do Tennessee. A Sudene é a principal representante e beneficiária dessa ideologia. (SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão, 2002, p. 131).

A industrialização avançou no Nordeste centralizada pelo eixo das demandas da região Centro-Sul, mediante o financiamento do mecanismo 34/18 e Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). Porém, as disparidades regionais se agravaram e intensificaram as desigualdades socioeconômicas entre as unidades federativas do Nordeste ao privilegiar os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará na recepção de investimento em detrimento dos outros. A formação dos polos de dinamismo no Nordeste apresentou um novo cenário, o de deterioração do tecido institucional e do pacto federativo entre os estados, simbolizado pelo fim das políticas desenvolvimentistas regionais. A deflagração da “guerra fiscal” fez prevalecer as “vantagens comparativas” para as unidades federativas que concilhassem facilidades fiscais à instalação de empresas e indústrias, e localização geográfica privilegiada para o capital financeiro. As assimetrias, neste contexto, passaram a ser compreendidas em outra escala,

diferente da macrorregional, a intrarregional, ou seja, entre os estados mais dinâmicos do Nordeste, que sejam Bahia, Pernambuco e Ceará, em relação aos estagnados economicamente.

Nas gestões Lula e Dilma entre os anos de 2003 a 2014, houve a retomada das discussões sobre a Questão Regional, sediadas na Secretaria de Desenvolvimento Regional, sob a tutela do Ministério da Integração Nacional, e que resultaram na aprovação da PNDR. A paralisação dessa política comprometeu a abordagem emplacada para o tratamento das desigualdades regionais. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir da sua criação em 2007 e os estímulos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passaram a gestar recursos para as macrorregiões, sob a percepção de implementar polos de dinamismo econômico, centralizaram suas ações em sub-regiões dinâmicas em setores como infraestrutura, indústria siderúrgica, petróleo e em alguns estados na infraestrutura social e urbana, com ênfase no Programa Minha Casa Minha Vida. A interpretação do desenvolvimento nos governos Lula e Dilma, sob o emblema de redistribuição de renda e inclusão social, poderia ter avançado na redução das desigualdades sociais se fosse combinado com a proposta metodológica da PNDR. Esta interpretação apresenta a percepção de diagnósticos distintos, conforme o território, e consequentemente exige do governo políticas públicas específicas para lidar com as particularidades locais do Nordeste. A segunda fase da PNDR, numa tentativa de retomada desta política, ampliou o repertório sobre a concepção de desenvolvimento ao incluir o diálogo institucional com a sociedade civil, sediado pelos fóruns estaduais e nacional de consulta pública para inserir as demandas sociais na agenda.

O programa do PAC e subsídios do BNDES reforçaram o quadro composto pela participação majoritária no PIB do Nordeste de Bahia, Pernambuco e Ceará, por conta dos grandes empreendimentos instalados, infringindo o pacto federativo e a isonomia na distribuição de recursos do governo federal para unidades federativas fragilizadas economicamente e socialmente. O eixo energético preponderou em relação aos outros na recepção de investimentos do PAC e do BNDES, como por exemplo, no período de 2007 a 2010, Bahia, Pernambuco e Ceará, receberam respectivamente no eixo de energia R\$ 13.233,3 bilhões, R\$ 12.147,6 bilhões e R\$ 8.138,0 bilhões, com valores próximos do investimento recebido no eixo social urbano respectivamente, R\$ 16.079,3 bilhões, R\$ 8.001,3 bilhões e R\$ 7.523,6 bilhões. Porém, no período de 2011 a 2014, o eixo energia no estado de Pernambuco disparou na recepção de investimento do PAC, R\$ 41.922,76 bilhões, em relação à Bahia e Ceará e os demais, conforme os dados citados respectivamente, R\$ 16.263,02 bilhões e R\$ 4.631,15 bilhões. O eixo Minha Casa Minha Vida recebeu o maior investimento do PAC nos

estados da Bahia e Ceará em relação aos outros eixos, respectivamente, R\$ 19.063,46 bilhões e R\$ 10.816,64 bilhões e em Pernambuco com R\$ 9.503,44 bilhões. A estratégia de crescimento econômico para o Nordeste mobilizada pelo governo federal, via PAC, no período 2007 a 2014, foi centralizada em grandes empreendimentos, dentre eles destaca-se a Refinaria Abreu e Lima, inserida no Complexo Industrial Portuário de Suape. Este empreendimento foi responsável por grande quantia do investimento do PAC, foi contabilizada em R\$ 41.375.358 bilhões. O BNDES mobilizou R\$ 13.026 bilhões para este empreendimento, no ano de 2009, que despontou como o maior subsídio aplicado dentre os estados do Nordeste, no período 2007 a 2013. Apesar da percepção da proposta original da PNDR, em compreender o território formado por diferentes escalas referente a diferentes demandas econômicas e sociais, a sua desmobilização como Política de Estado cedeu espaço para a estratégia de investimento setorial do PAC e BNDES em empreendimentos dinâmicos no Nordeste, reforçando a polarização de investimentos do governo federal e fratura do diálogo federativo entre os estados.

As regiões Sudeste e Nordeste auferiram 70% do total do volume dos recursos nas duas primeiras edições do PAC, e a região Sudeste, sozinha, ficou com 50% dos recursos. De um lado, há de se considerar que nessas regiões se encontra a maior parcela da população, em 62,2% dos municípios brasileiros (IBGE, 2011), e também se concentra a maior parte das áreas metropolitanas. De outro lado, não foi considerada a participação dessas regiões na produção das riquezas do país, o que coloca os centros urbanos do Sudeste como maiores detentores da capacidade de resposta ao déficit de infraestruturas, principalmente infraestruturas urbanas. Dessa forma, o investimento territorial do PAC foi proporcional à participação da região no PIB nas edições de 2010 e 2014.

No Quadro 2, a representação das quatro fases iniciais das políticas regionais para o Nordeste concebida pelo professor Rafael Gonçalves Gumiero em 2014 pode ser tranquilamente expandida em mais duas até o presente momento, abrangendo o restante do governo Dilma até 2016 e os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022). No quadro abaixo, Gumiero retratou com primazia de detalhes as instituições promotoras das fases das políticas regionais, suas diretrizes de ação e os fundos de investimento para tais ações, além de analisar os resultados obtidos. Do final da quarta fase em diante houve um mantimento principalmente das ações da quarta fase durante os governos Dilma e Temer, até mesmo com a criação da PAC 2, buscando otimizar e melhorar alguns pontos da primeira PAC, mas, já em 2018, com o governo Bolsonaro, houve uma derrocada dos valores investidos, pois

um dos principais chavões do ex-presidente era de enxugar a máquina pública, rever todos os planos e fazer auditoria de todos os fundos de investimento.

| Fases de Políticas Regionais   | Instituição Promotora   | Diretrizes para ação  | Fundo de Investimento  | Quadro analítico pós-fase  |
|--|---|---|--|--|
| 1ª Fase<br>GTDN/SUDENE<br>1958-1964  | SUDENE – autarquia equiparada à hierarquia de Ministério  | Implantação de infraestrutura e indústrias autônomas à demanda do Centro-Sul; reforma e modernização da agricultura; desenvolvimento do "fator humano" pela via da educação e direitos básicos; migração para colonização da zona úmida (Maranhão).   | Mecanismo 34/18 e o Fundo FINOR.   | As diretrizes propostas no Segundo Plano Diretor não foram aplicadas pela reprovação do Conselho Político da Sudene, formada pelos governadores do NE. O Golpe Militar de 1964 extinguiu a orientação das teses do GTDN que subsidiaram as diretrizes da Sudene.                                   |
| 2ª Fase<br>Programas Setoriais<br>1965-1984                                    | Os programas setoriais foram formulados pelo Ministério do Interior (MI)  | Houve permanência da ideia de industrialização atrelada à modernização da agricultura. Os programas setoriais foram orientados pelo desenvolvimento setorial, inspirado na tese dos <i>polos germinativos</i> de Hirschman.   | FINOR continuou a concessão de investimentos.  | Os programas setoriais do MI privilegiaram os investimentos nos polos de exportação do NE. A área social foi marginalizada. O crescimento econômico ficou restringido em alguns pontos focais do Nordeste.   |
| 3ª Fase<br>Queda do Estado Desenvolvimentista e a "Guerra Fiscal"<br>1985-2002 | Ministério de Planejamento e Orçamento. ENIDs – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, fizeram parte do Plano Avançar Brasil. | Portfólio com indicações para investimentos nos principais polos de desenvolvimento do Brasil. O foco do estudo era incentivar investimentos estrangeiros e privados em infraestrutura e logística.   | Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste FNE e Fundo de Desenvolvimento do Nordeste FDNE. | Nas gestões Fernando Henrique Cardoso a ausência de uma política regional para o Brasil, cedeu lugar ao fenômeno da "guerra fiscal" entre os estados dessa região.   |
| 4ª Fase<br>Retomada do protagonismo do Estado<br>2003-2014                     | Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério de Integração Nacional  | PNDR orientou programas regionais para o Nordeste (PDNE e PDSA). Porém, o seu alcance em aplicar as suas ações propostas ficou limitado pela reprovação do FNDR. O bastião ficou por conta dos programas PAC, MCMV, PRONAF, que concedeu crédito ao agricultor rural, PBF, estímulos do BNDES direcionados ao Nordeste. | FNE-BNB, MPOG-PAC, BNDES, Petrobras.   | Houve avanço no eixo infraestrutura, indústrias e na área social, via PBF e MCMV. Porém, a ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional comprometeu o planejamento a longo prazo, o que pode contribuir na concentração de investimentos em polos de desenvolvimento do Nordeste. |

Quadro 2: Representação das quatro fases iniciais das políticas regionais para o Nordeste. Autor: Rafael Gonçalves Gumiero, 2017.

### 3.2 LEITURA SOBRE INVESTIMENTOS FEITOS NO BRASIL

Alguns fatores têm influenciado na desconcentração do PIB, entre os quais se destacam: as pressões por maior competitividade, dada a abertura da economia na década de 1990; o contínuo crescimento das commodities do agronegócio, da agroindústria e da indústria extrativa mineral; os incentivos fiscais; a melhoria da infraestrutura econômica (rodovias, portos, aeroportos etc.); o conjunto de políticas públicas sociais; e a retomada dos investimentos em infraestrutura nos anos recentes (Nunes, 2016).

Se, por um lado, há a opção de transferir o maior volume de recursos para atender ao maior número de pessoas, por outro, há de se considerar que essa opção para a definição dos investimentos decretou a exclusão de aproximadamente 88,5% dos municípios brasileiros. Dos 5.570 municípios, 4929 (88,5%) deles têm população igual ou inferior a 50 mil habitantes

(IBGE, 2016). Além disso, há diversas áreas onde a baixa densidade populacional é maior, como no recorte fronteiro, em que, dos 588 municípios que compõem a faixa de fronteira do país, 553 possuem população igual ou inferior a 50 mil habitantes, o que representa 94% dos municípios do recorte, sendo que 335 possuem população inferior a dez mil habitantes (Nunes, 2016).

Em 2023 e conforme a Tabela 2, os repasses do governo federal para os cidadãos, estados e municípios foi de um total de R\$ 1.55 trilhão (Brasil, 2023b). Fica visível a diferença de valores investidos pelos estados, reforçando ainda a questão da polarização principalmente na Bahia, Pernambuco e Ceará, mas ao menos há um alento de que os repasses feitos para os cidadãos são numa ordem maior do que os repasses feitos para os estados e municípios. Estes repasses influenciam diretamente na qualidade de vida tratada neste trabalho, como pagamento de auxílios e benefícios para a população, programas de saúde entre outros.

## Repasse do **Governo Federal** para cidadãos, estados e municípios em **2023**

| UF                  | Valores em bilhões |           |            |            |
|---------------------|--------------------|-----------|------------|------------|
|                     | Cidadãos           | Estado    | Municípios | Total      |
| Acre                | R\$ 2,69           | R\$ 5,06  | R\$ 1,92   | R\$ 9,67   |
| Alagoas             | R\$ 12,82          | R\$ 6,11  | R\$ 8,69   | R\$ 27,62  |
| Amazonas            | R\$ 11,73          | R\$ 6,75  | R\$ 7,99   | R\$ 26,47  |
| Amapá               | R\$ 2,11           | R\$ 5     | R\$ 1,85   | R\$ 8,97   |
| Bahia               | R\$ 62,51          | R\$ 16,47 | R\$ 31,40  | R\$ 110,37 |
| Ceará               | R\$ 36,08          | R\$ 10,98 | R\$ 19,93  | R\$ 67     |
| Distrito Federal    | R\$ 9,40           | R\$ 22,34 |            | R\$ 31,74  |
| Espírito Santo      | 15,67              | 5,31      | 7,37       | 28,35      |
| Goiás               | 20,90              | 7,05      | 12,30      | 40,25      |
| Maranhão            | 27,47              | 10,15     | 18,26      | 55,89      |
| Mato Grosso         | 10                 | 5,77      | 7,11       | 22,88      |
| Mato Grosso do Sul  | 8,79               | 3,41      | 6,08       | 18,28      |
| Minas Gerais        | 90,58              | 17,39     | 40,72      | 148,69     |
| Pará                | 27,72              | 11,36     | 18,45      | 57,53      |
| Paraíba             | 17,26              | 6,78      | 9,87       | 33,91      |
| Paraná              | 46,34              | 11,54     | 20,55      | 78,44      |
| Pernambuco          | 38,55              | 12,38     | 16,14      | 67,08      |
| Piauí               | 14,95              | 6,54      | 9,18       | 30,66      |
| Rio de Janeiro      | 79,79              | 27,25     | 34         | 141,04     |
| Rio Grande do Norte | 13,32              | 6,12      | 7,42       | 26,86      |
| Rio Grande do Sul   | 59,64              | 9,30      | 20,39      | 89,33      |
| Rondônia            | 5,12               | 4,81      | 3,19       | 13,12      |
| Roraima             | 1,39               | 3,88      | 1,81       | 7,07       |
| Santa Catarina      | 34,43              | 6,20      | 13,73      | 54,36      |
| Sergipe             | 9,40               | 5,74      | 4,71       | 19,84      |
| São Paulo           | 213,82             | 34,29     | 57,71      | 305,82     |
| Tocantins           | 4,61               | 5,90      | 4,37       | 14,88      |

Tabela 2: Repasses do governo federal para cidadãos, estados e municípios em 2023. Fonte: Brasil, 2023d.

### **3.2.1 VALORES INVESTIDOS NO COMBATE À PANDEMIA DE COVID-19**

Durante o período pandêmico o Brasil passou por diversos momentos conturbados no combate ao coronavírus, sendo um desses momentos a adoção de políticas de confinamento (*lockdown*) onde Pernambuco se sobressaiu acima de todos os outros estados com uma taxa de 75% da população restringida em suas residências, numa tentativa de parar o avanço das infecções que sobrecarregaram durante meses várias UTIs em todo o país (G1, 2020).

Em 2020 foram gastos no combate à pandemia R\$ 524,02 bilhões, e em 2021 R\$ 102,49 bilhões, onde 43% e 54% desses valores, respectivamente, foram utilizados para pagamento de auxílios emergenciais à população do Brasil, além de 9% e 18% dos valores totais, respectivamente, utilizados para o enfrentamento da pandemia, como licitações emergenciais, compras de vacinas entre outras medidas (Brasil, 2020).

Cabe observar que estes valores se somados ultrapassam a casa dos R\$ 600 bilhões de reais, valor aproximado de um ano de investimento pelo PAC, por exemplo, o que refletiu diretamente na qualidade de vida da população brasileira. A situação pandêmica fez com que o governo federal gastasse mais dinheiro do que tinha em prol de salvar sua população, apesar de muito negacionismo por parte do último ex-presidente, atraso em divulgar a situação pandêmica no país em pelo menos 3 meses, atraso em compra de vacinas e caos nos hospitais e UTIs, além do quase colapso do sistema funerário de alguns municípios, por simplesmente haver falta de caixões para enterrar os falecidos pela COVID-19 em números crescentes e alarmantes em 2020 (UOL, 2023).

### **3.2.2 E PARA O FUTURO?**

Apesar de todos os investimentos feitos no Brasil, a taxa de pobreza por estados no país aumentou significativamente em todos os estados federativos, sendo aumentado ainda mais no período pandêmico de COVID-19. Nas figuras 5 e 6 é mostrado esta taxa para os anos de 2012 e 2022, sendo a taxa referente ao percentual de pobreza na linha de US\$ 2,50/dia (em 2012) e US\$ 6,85 (em 2022) da população que vive com menos de R\$ 150 reais por mês (em 2012) e R\$637 reais por mês (em 2022), onde em 2012, 27,3% da população do país foi considerada pobre e em 2022 este número subiu para 31,6%, um aumento de 5 milhões e 300 mil pessoas entraram na pobreza.

De acordo com pesquisadores do PUCRS Data Social (2023): Laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho, o relatório “Pobreza Social no Brasil: 2012-2021” mostra que no auge da pandemia de COVID-19 no país, a taxa de pobreza social chegou ao seu maior valor da série histórica, iniciada em 2012: 30,4% dos brasileiros, ou 64,6 milhões de pessoas, estavam abaixo da linha de pobreza social em 2021. Em 2019, último ano antes da pandemia, essa taxa era de 26,3%, o que representava 55 milhões de pessoas. Ou seja, entre 2019 e 2021 houve um crescimento de 4,1 pontos percentuais na taxa de pobreza social, o que significa que 9,6 milhões de brasileiros caíram para baixo da linha de pobreza social ao longo período no Brasil. Os grupos mais atingidos no País pelo aumento da pobreza social foram os negros e moradores das regiões norte e nordeste. Enquanto entre os brancos, em 2021, a taxa de pobreza social era de 19,4%, entre os negros ficava em 38,9%. Em relação às regiões geográficas, em 2021 a taxa de pobreza social era de 36,4% na região Nordeste, 33,9% na região Norte, 29% na região Sudeste, 28,4% na região Centro-Oeste, e 24% na região Sul.

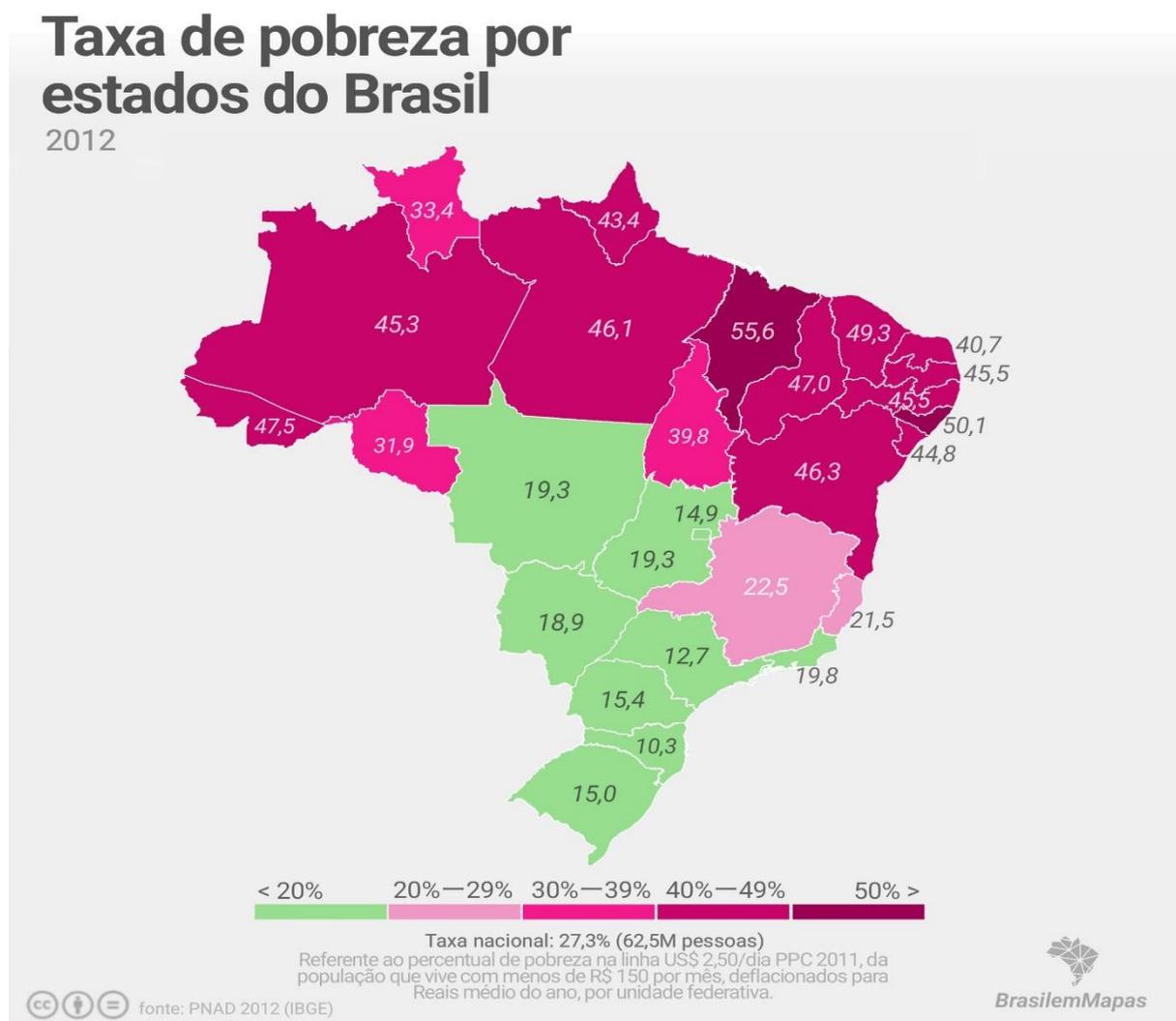


Figura 5: Taxa de pobreza por estados do Brasil em 2012. Fonte IBGE, 2012.

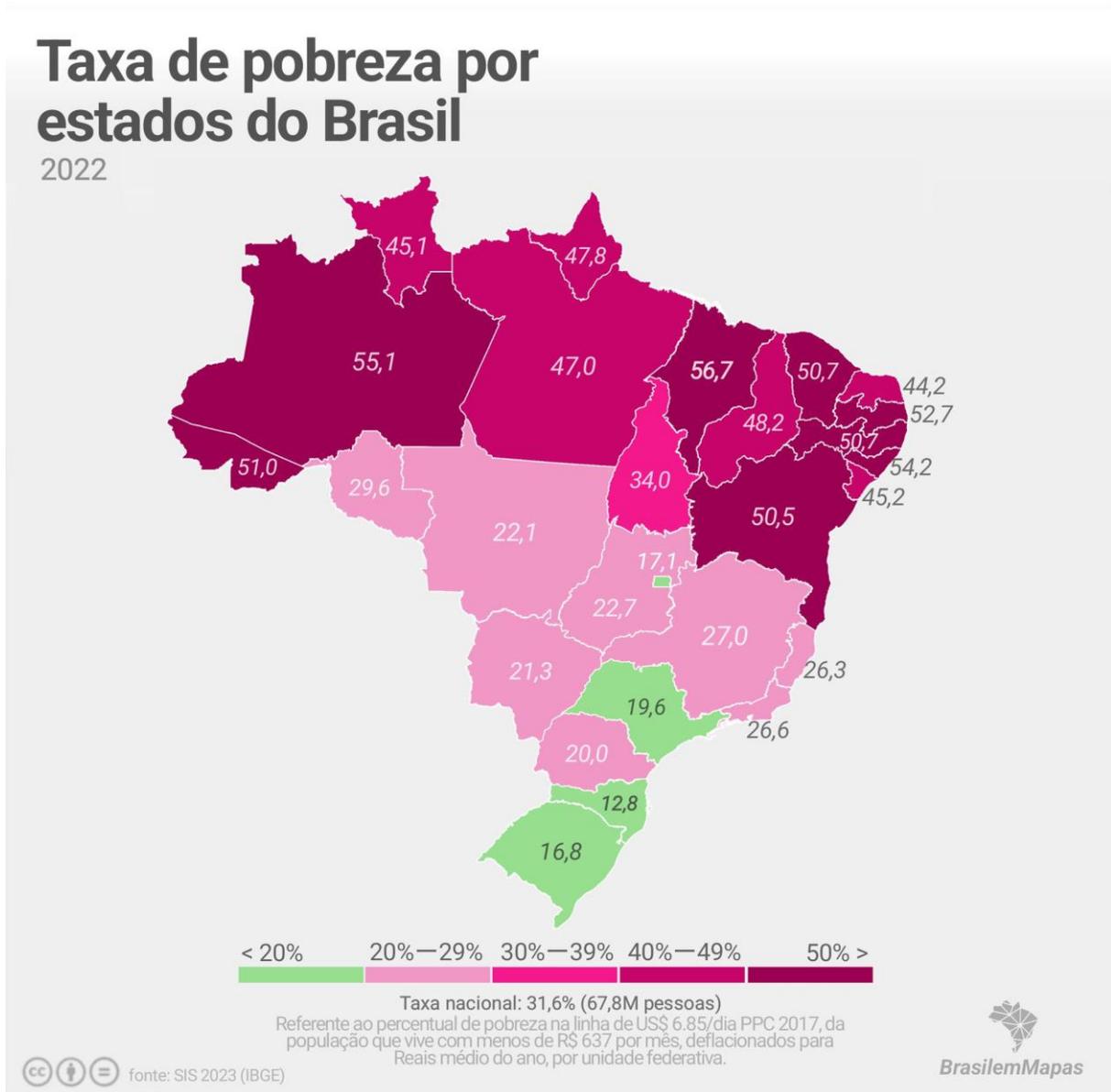


Figura 6: Taxa de pobreza por estados do Brasil em 2022. Fonte IBGE, 2022.

Com o fim da situação pandêmica no Brasil assinada pelo governo federal em 22 de abril de 2022 o país passa para uma situação endêmica, sendo monitorada pelo Ministério da Saúde assim como outras doenças já presentes no cotidiano, como gripe e dengue, por exemplo (Brasil, 2022c). A necessidade de vacinas ainda continua em vigor com campanhas de vacinação de acordo com a faixa etária aplicando-se doses de reforço, assim como nos exemplos supracitados. Passada esta situação de pandemia global, o governo federal divulgou, através do plano plurianual vigente, o PAC vai investir R\$1,7 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026 e R\$ 320,5 bilhões após 2026 (Brasil, 2023a). Além disso, o governo anunciou em 22 de janeiro de 2024 um investimento de R\$ 300 bilhões até 2026 para alavancar a indústria nacional. O plano apresentado ao presidente Lula estabelece metas até 2033 voltadas

especialmente para áreas estratégicas com maior impacto social e econômico do país. O projeto é do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, comandado pelo vice-presidente e ministro da área, Geraldo Alckmin, com a participação do setor produtivo e da sociedade civil.

Em três anos, serão investidos R\$ 300 bilhões. A maior parte sairá do BNDES. Além das linhas de crédito e financiamento, o programa prevê ações regulatórias e uma política de obras e compras públicas em seis áreas principais :saúde, agroindústria, infraestrutura (saneamento, moradia e mobilidade), tecnologia, bioeconomia e meio ambiente e defesa.

Entre as metas está ampliar a participação da produção nacional de 42% para 70% em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos; aumentar a participação da agroindústria no PIB e alcançar 70% de mecanização nos estabelecimentos de agricultura familiar; reduzir o tempo de deslocamento dos brasileiros de casa para o trabalho em 20%; e reduzir em 30% a emissão de gás carbônico na indústria, ampliando o uso dos biocombustíveis nos transportes.

Já no que se refere à isonomia, explícita em nossa Constituição Federal de 1988, define que todos são iguais perante a lei, o que significa que o Estado deve tratar todos os cidadãos de maneira igualitária, sem discriminação de qualquer natureza. Esse princípio, no entanto, pode ser relativizado, pois em alguns casos, a simples igualdade perante a lei não assegura condições igualitárias de acesso. Dessa forma, entende-se que "o tratamento deve ser igual para iguais e desigual para os desiguais, na medida de suas desigualdades" (Jusbrasil, 2021)

O território continua a ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados. (SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão, 2002, p. 134).

Os planos governamentais de alocação de recursos ano após ano para cada município do Brasil tratados neste trabalho não levam o princípio da isonomia em consideração, e sim, como visto, através da participação no PIB para o país. Isso abre uma gama de problemas estruturais que passam a ficar cada vez mais sem solução, com mais discrepância entre municípios – um dos grandes males do capitalismo, onde só é interessante para o Estado investir em locais onde se possa produzir algo, e que gere lucro para os cofres públicos. É mais prático já fazer investimentos em regiões consolidadas e maximizar ganhos do que começar a investir em locais inóspitos na esperança de virem a ser algo bom ou superior à tal região consolidada, os riscos podem ser grandes e não valerem a pena.

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha à desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem aos territórios e ao cotidiano. De um ponto de vista essencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. A globalização atual não é irreversível. (SANTOS, 2003, p.173- 174).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IBGE, ao trazer dados sobre o índice de perda de qualidade de vida, não explica os motivos de tais números dos índices serem aqueles apresentados. Apesar dos inúmeros estudos aprimorados ano após ano e sendo constantemente atualizados com primazia, mas deixando de lado análises voltadas às causas, acabou por levantar questionamentos que originaram este trabalho, de saber os motivos dos índices serem tão discrepantes ao olhar as unidades da federação e suas regiões administrativas. De todos os índices, apesar dos números para a região Nordeste e Norte do Brasil serem ruins em relação aos outros estados e regiões, as principais causas são políticas e econômicas. A falta de investimentos, políticas públicas e planos de desenvolvimento são discrepantes, ficando evidente que o princípio da isonomia não é respeitado.

A globalização, que foi enfatizada por Milton Santos em sua biografia está presente enraizada nestes planos, sendo caracterizada pelo avanço da ciência que aprimora as técnicas, disseminadas pelo espaço e evoluídas através da informática. É neste período “técnico-científico-informacional”, que pensamos com preocupação as questões sobre escassez dos recursos ambientais, divisão de renda, exclusão social e resgate da cidadania, pois, o modelo implantado e a forma como é pensado e apropriado o espaço pela globalização, aumentam significativamente a gravidade dessas questões, e nos levam a pensar e a acreditar que uma nova globalização faz-se necessária, uma nova história deve começar, mas, de forma diferente da atual globalização perversa e excludora. Uma globalização para os pobres, globalização da inclusão, com o objetivo da valorização do homem frente ao mundo do dinheiro.

Conclui-se com este trabalho que uma outra globalização tanto defendida por Milton Santos se faz necessária não apenas para o Brasil, mas como para o mundo. Exercitar a isonomia e respeitar a constituição é um processo gradativo e lento, mas não impossível, que precisa de pessoas dedicadas e comprometidas com o futuro do país, sem cair nas tentações da política como subornos ou fraudes. Pensar na população em primeiro lugar e com políticas e planejamentos públicos pensadas pelos gestores públicos para a população, é uma questão de tempo para que uma sociedade mais igualitária apareça de forma gradual, uma sociedade que ande lado a lado com a preservação do meio ambiente e com valorização do conhecimento ancestral, este trabalho pode e deve ser divulgado afim de que mais pessoas com interesse em pesquisa aprofunde mais este tema com intuito de garantir principalmente a qualidade de vida, em todas as suas dimensões, de forma que seja ideal para todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de e GUTIERREZ, Gustavo Luis e MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. 2012. São Paulo: EACH/USP. Disponível em: [http://www5.each.usp.br/wp-content/uploads/2019/01/qualidade\\_vida.pdf](http://www5.each.usp.br/wp-content/uploads/2019/01/qualidade_vida.pdf). Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE 2024-2027**. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/prdne>. Acesso em 02 de fev. 2024.

BRASIL. **Portal da Transparência**. 2020. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/transferencias?ano=2020>. Acesso em 02 de fev. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde declara fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>. Acesso em 02 de fev. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Pernambuco recebe R\$ 67 bilhões do Governo Federal em 2023, entre recursos para estado, prefeituras e cidadãos nos 184 municípios**. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/investimentos-em-2023/pernambuco-recebe-r-67-bilhoes-do-governo-federal-em-2023-entre-recursos-para-estado-prefeituras-e-cidadaos-nos-184-municipios>. Acesso em 02 de fev. 2024.

BRASIL EM MAPAS. **Taxa de Pobreza por estados do Brasil em 2022**. São Paulo, 8 dez. 2023. Twitter: @brasilemmapas. Disponível em: <https://twitter.com/brasilemmapas/status/1732960184551510440/photo/1>. Acesso em 06 fev. 2024.

BRASIL EM MAPAS. **Taxa de Pobreza por estados do Brasil em 2012**. São Paulo, 10 dez. 2023. Twitter: @brasilemmapas. Disponível em: <https://twitter.com/brasilemmapas/status/1733692461963182478/photo/1>. Acesso em 06 fev. 2024.

SANTOS, Milton, 2003, apud FARIAS, Cleiton Sampaio de. **Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1**, jan/mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/download/228820/23232>. Acesso em 02 fev. 2024

GLOBO, G1 PE. **SDS divulga balanço de quarentena e diz que 75% do público-alvo cumpriu medidas mais rígidas**. 01 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/01/sds-divulga-balanco-de-quarentena-e-diz-que-75percent-do-publico-alvo-cumpriu-medidas-mais-rigidas.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GLOBO. **Governo anuncia R\$ 300 bilhões até 2026 para alavancar a indústria nacional**. 22 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/01/22/governo-anuncia-r-300-bilhoes-ate-2026-para-alavancar-a-industria-nacional.ghtml>. Acesso em 02 de fev. 2024.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **A trajetória das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste: balanço entre a Operação Nordeste e a PNDR**. 19 set. 2017. Disponível em: <https://revistappr.com.br/artigos/publicados/A-trajetoria-das-politicas-de-desenvolvimento-regional-do-Nordeste-balanco-entre-a-Operacao-Nordeste-e-a-PNDR.pdf>. Acesso em 21 de fev. 2024.

HERCULANO, Selene C. **Qualidade de vida e seus indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade, ano 1, nº 2, Campinas: Nepam, 1998.

IBGE. POF: **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Rio de Janeiro, 2023. 79 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=32323&t=downloads>. Acesso em 02 de fev. 2024.

JUSBRASIL. **Princípio da Isonomia**. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principio-da-isonomia/1263095375>. Acesso em 02 de fev. 2024.

MINAS, Estado de. **Fim da pandemia? Impactos da COVID-19 na qualidade de vida devem perdurar**. 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/bem->

viver/2022/03/15/interna\_bem\_viver,1352751/fim-da-pandemia-impactos-da-covid-19-na-qualidade-de-vida-devem-perdurar.shtml. Acesso em: 02 fev. 2024

NUNES, Maria. **O programa de aceleração do crescimento e as fronteiras**. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181112\\_frenteiras\\_do\\_brasil\\_volume1\\_cap12.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181112_frenteiras_do_brasil_volume1_cap12.pdf). 2016. Acesso em 02 de fev. 2024.

PFEIFFER, Peter. **O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças**. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 51, nº 1, 2000. pag. 81-122.

PUCRS. **Data Social: Boletim mostra que pobreza social atingiu 30,4% dos brasileiros durante a pandemia**. 01 fev. 2023. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/pobreza-social/#:~:text=No%20auge%20da%20pandemia%20de,de%20pobreza%20social%20em%202021>. Acesso em 02 fev. 2024.

SÃO PAULO, Folha de. **População de rua cresceu quase 10 vezes na última década, aponta Ipea**. 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-no-brasil-cresceu-quase-10-vezes-na-%C3%BAltima-d%C3%A9cada-aponta-ipea/ar-AA1lkm6h?ocid=winp1taskbar&cvid=6ef40a2a3b56457696c5bb5185017854&ei=9>. Acesso em: 02 fev. 2024

UOL. Mateus Vargas. **Leia documentos sobre a pandemia escondidos pelo governo Bolsonaro**. 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/08/leia-documentos-sobre-a-pandemia-escondidos-pelo-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 05 fev. 2024.

VOCABULÁRIO Ortográfico da Língua Portuguesa: **covid-19. In: Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa: covid-19**. 2021. 6ª. ed. Brasil: Academia Brasileira de Letras, 2021. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ZAHLER, P. M. **Os indicadores de qualidade de vida**. 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/21958898/Os\\_Indicadores\\_de\\_Qualidade\\_de\\_Vida](https://www.academia.edu/21958898/Os_Indicadores_de_Qualidade_de_Vida). Acesso em 24 fev. 2024.